



Presidida pelo senador Roberto Requião (D), Comissão de Educação, Cultura e Esporte vai votar proposta de Cyro Miranda (C) em decisão terminativa

Ensino especial obrigatório será analisado em comissão

Projeto do senador Cyro Miranda beneficia crianças de zero a cinco anos que tenham necessidades especiais. **7**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.550 – Brasília, quarta-feira, 26 de outubro de 2011



Senado aprova fim do sigilo eterno de documentos oficiais

Projeto da Lei de Acesso às Informações Públicas, que vai para sanção presidencial, diz que nenhum papel do governo pode ser mantido em segredo por mais de 50 anos

O Plenário do Senado aprovou ontem, após meses de polêmica, o projeto de lei que impede que documentos produzidos pelo poder público sejam mantidos eternamente sob sigilo. Pela proposta aprovada, os papéis podem ter acesso restrito

por no máximo 50 anos. O senador Fernando Collor (PTB-AL) apresentou um substitutivo que permitiria prorrogações ilimitadas do sigilo de certos documentos, conforme previa a proposta original do Executivo. O substitutivo de Collor acabou sendo rejeitado. **3**



Senadores votam o projeto da Lei de Acesso às Informações Públicas

Ministério formará trabalhador para a Copa **8**

Comissão acata nomes para diretoria da Anatel **8**

Cédula para deficiente visual pode virar lei **7**

Relator apresenta parecer do Código Florestal

Luiz Henrique leu ontem, em reunião conjunta de duas comissões, seu parecer sobre a reforma do Código. Senadores

têm até a terça-feira para encaminhar emendas. Votação deve acontecer no próximo dia 8. **4 e 5**



Luiz Henrique (D) conversa com senadores durante reunião em que explicou suas ideias para mudanças na legislação ambiental



Presidente da Ucrânia visita o Senado e festeja acordos

Recebido pelo presidente da Casa, José Sarney, Viktor

Yanukovich disse que viagem ao Brasil foi produtiva. **2**

Presidente da Subcomissão da Faixa de Fronteira, senador entende que desenvolvimento das regiões fronteiriças depende de iniciativas coordenadas entre os países vizinhos

Fronteira precisa de ações entre vizinhos, diz Mozarildo

A NECESSIDADE DE ações conjuntas entre o Brasil e os países vizinhos na faixa de fronteira foi destacada ontem por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) em reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida por ele.

No encontro, o senador apresentou relatório sobre o painel “A questão indígena e fundiária”, promovido pela subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Como temos enfatizado, não adianta que venhamos a fazer a nossa tarefa do lado de cá da fronteira e não tenhamos uma sintonia fina com os dez países limítrofes – disse.

Para debater esse entendimento, a subcomissão aprovou a realização de mais um ciclo de audiências, dessa vez



Mozarildo defende sintonia fina com países limítrofes

a ser realizado em novembro, em Manaus.

Estrangeiros

Ao ler seu relatório sobre o painel “A questão indígena e fundiária”, Mozarildo informou que o diretor do Departamento de América do Sul 1 do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz Pinto, ressaltou a incompatibilidade entre as legislações do Brasil e

dos países vizinhos quanto às propriedades de estrangeiros na fronteira.

Já o representante do Incra, Márcio Berbigier, falou sobre a oficialização da posse de terra nas regiões fronteiriças, onde há 1.048 projetos de assentamento, com 126 mil famílias. Por sua vez, Carlos Travassos, da Funai, ressaltou o monitoramento de terras indígenas na fronteira, que conta inclusive com a participação deles.

sobre as “Relações internacionais com os países vizinhos”. Segundo o senador, são necessários tratados que possam cuidar do desenvolvimento econômico-social e da infraestrutura nas fronteiras.

Durante a reunião de ontem, também foi aprovado requerimento que autoriza a participação de representantes da subcomissão no encontro anual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA),



Acompanhado por parlamentares ucranianos, Viktor Yanukovich foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney

Presidente da Ucrânia festeja acordos com o Brasil

O presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, comemorou ontem, em visita ao Senado, acordos assinados no Brasil. Ele também informou que ficou acertada com a presidente Dilma Rousseff a criação de um fórum permanente de negócios Brasil-Ucrânia.

Yanukovich estava com parlamentares ucranianos e foi recebido pelo presidente da Casa, José Sarney, no

Salão Nobre. Sarney lembrou que 500 mil descendentes de ucranianos vivem no Brasil, formando a terceira maior comunidade daquele país no mundo. O senador elogiou a “busca de identidade” do povo ucraniano e destacou a relação bilateral.

Para Sarney, os acordos entre Brasil e Ucrânia devem prosperar, principalmente em áreas como educação, saúde

e defesa. Ele ressaltou a parceria na empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), criada em 2007 para atuar na área de lançamento de satélites.

Os senadores Marta Suplicy (PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), João Durval (PDT-BA), Ana Amélia (PP-RS), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Zeze Perrella (PDT-MG) acompanharam a visita.

Ana Amélia participa de Fórum Ibero-Americano

Ana Amélia (PP-RS) representou o Senado, na segunda-feira, no 7º Fórum Parlamentar Ibero-Americano, realizado na cidade de Assunção (Paraguai). O evento contou com representantes dos países latino-americanos, Espanha, Portugal e Andorra e debateu o tema “Transformação do Estado e desenvolvimento”. Participaram também o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e o vice-presidente do Parlamento

do Mercosul (Parlasul), deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Na abertura do evento, a senadora disse que o Parlamento deve se tornar mais eficiente no rito legislativo. Ela destacou ser necessário melhorar a fiscalização sobre o Executivo e ter sintonia com a vontade popular.

No Fórum, Ana Amélia lembrou a chamada “Primavera Árabe” – série de revoltas populares contra ditadores –, dizendo que a sociedade, por meio das redes

sociais, sem lideranças formais, mostrou a sua força.

O secretário-geral do Fórum, Enrique Iglesias, analisou a evolução do processo de transformação política no mundo. Ele disse que, dos anos 1950 aos 1970, o Estado foi centralizador e ampliou a injustiça social. A partir de 1990, veio o neoliberalismo, com um Estado minimalista. Atualmente, disse, o Estado busca ser mais eficiente e dotar o mercado de regras mais claras.

Está impossível administrar as comissões, afirma Delcídio

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), disse ontem em reunião do colegiado que “está absolutamente impossível administrar comissões funcionando todas na mesma hora”. Ele também criticou o “enxame de subcomissões que foram criadas”.

Delcídio se viu impossibilitado de votar a maior parte das matérias em pauta, por conta da participação de senadores em outras reuniões. Para o

presidente da CAE, a Mesa do Senado precisa avaliar a questão e tomar providências.

José Pimentel (PT-CE) disse que essa é uma preocupação geral, destacando que um avanço foi a decisão da Mesa em baixar recente ato para restringir as sessões solenes em Plenário. Aloysio Nunes (PSDB-SP) chegou a sugerir um reexame técnico do campo temático das comissões. Segundo ele, talvez não exista necessidade do atual número de comissões permanentes na Casa.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Comissão da Verdade

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei da Câmara que institui a Comissão da Verdade.

Presidência Sanção do Pronatec

11h30 José Sarney participa de cerimônia de sanção do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, no Planalto; às 15h, vai à posse de Ana Arraes no TCU; às 16h, recebe o embaixador Ruy Pereira; em seguida, preside a ordem do dia.

CRA Microdestilarias de álcool

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência para debater o projeto que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis. Entre os convidados, o presidente da ANP, Haroldo Lima.

CCT Comércio eletrônico

9h Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor, criando mecanismos de proteção para o comércio eletrônico, e propostas que tratam de renovação ou outorga de concessão para emissoras de rádio e TV.

CAS INSS para domésticos

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que dispõe sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.

CCJ Funcaju e DRU

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia, entre outros, o projeto que prevê a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju) e a iniciativa que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

CE Denúncias contra a Fifa

10h A Comissão de Educação ouve o jornalista Andrew Jennings, da BBC de Londres, sobre seu livro *Jogo Sujo – O mundo secreto da Fifa*. Às 14h30, a comissão examina a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Clima Programa Antártico

14h Audiência pública sobre o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) terá a presença de Marcos José de Carvalho Ferreira, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Após, serão analisados requerimentos.

CDH Questão trabalhista

14h As questões trabalhistas e sindicais serão debatidas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com vários representantes da área do trabalho.

CMO Créditos adicionais

14h30 Comissão Mista de Orçamento analisa projetos que autorizam créditos para vários ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lei de Acesso às Informações Públicas vai agora à sanção, reduzindo para 25 anos o prazo máximo de sigilo, com possibilidade de uma única prorrogação. Comissão Mista de Reavaliação vai rever a classificação a cada quatro anos

Senado rejeita possibilidade de sigilo eterno para documentos do governo

APÓS MESES DE polêmica, o Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10, conhecido como Lei de Acesso às Informações Públicas. De acordo com o texto, que segue para sanção presidencial, documentos classificados como ultrassecretos terão o prazo de sigilo reduzido de 30 para 25 anos, com a possibilidade de uma única prorrogação. Substitutivo de Fernando Collor (PTB-AL), rejeitado pelos senadores, estabelecia exceções nas quais não haveria limite de prorrogações, com a alegação de salvaguardar o Estado nacional.

Os classificados como secretos terão prazo de 15 anos de sigilo e os reservados terão prazo de cinco anos. O texto não prevê a classificação confidencial e o prazo começa na data em que os documentos são produzidos.

O serviço de busca e fornecimento da informação será



Senadores aprovam o projeto de lei da Câmara depois de recusarem substitutivo de Fernando Collor que abria exceções

gratuito. Qualquer pessoa poderá pedir acesso a informações. O órgão responsável deverá conceder o acesso imediato ou informar a data em que isso poderá ocorrer. Caso o acesso não seja possível, deverão ser indicadas as razões.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, criada pelo projeto, terá cinco dias

para analisar recursos no âmbito da União e a cada quatro anos vai rever a classificação das informações secretas ou ultrassecretas. O colegiado funcionará na Casa Civil da Presidência da República e será composto por ministros de Estado e integrantes indicados pelos poderes Legislativo e Judiciário, que terão mandato de dois anos.

Informações pessoais serão tratadas com respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, com acesso restrito pelo prazo de cem anos.

O Executivo deverá regulamentar a lei em 180 dias, a contar da data da publicação, e órgãos públicos terão 60 dias, a partir da vigência, para assegurar o cumprimento das normas.

Comissão da Verdade e Emenda 29

Por acordo de líderes, o Plenário aprovou requerimento de urgência para votação do projeto de lei da Câmara (PLC 88/11) que cria a Comissão da Verdade. A apreciação do projeto deve ocorrer na sessão de hoje.

A Comissão da Verdade vai funcionar no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, e terá o objetivo de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas pela ditadura militar no período de 1964 a 1988.

Outro requerimento de urgência aprovado diz respeito ao substitutivo ao projeto de lei do Senado (PLS 121/07) que trata da regulamentação da Emenda 29.

A apreciação dessa matéria deve ocorrer a partir de amanhã. A Emenda 29 determina percentuais mínimos a serem investidos anualmente na área de saúde pela União, pelos estados e pelos municípios.

Para Aloysio Nunes, segredo é a exceção e publicidade, a regra

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou o trabalho de Collor e do relator, Walter Pinheiro, afirmando que "o segredo deve ser a exceção, e a mais absoluta publicidade, a regra". Ele observou que não são todos os atos do poder público que serão divulgados pela internet, pois o projeto diz

respeito a informações de interesse coletivo ou geral como licitações e acompanhamento de ações governamentais.

– São informações que propiciam maior acesso e maior transparência nos procedimentos do poder público.

O senador apoiou um sigilo não maior do que 50 anos.

Humberto Costa vê reforço da soberania e da cidadania

O líder do PT, Humberto Costa (PE), considerou o parecer de Fernando Collor um retrocesso em relação à proposta que veio da Câmara.

– A forma de garantir a soberania e a cidadania é exatamente pela publicização do que está colocado como segredo, o que não há de produzir embaraço

ao país depois de 50 anos – afirmou.

Ao aprovar o projeto na forma em que veio da Câmara, disse Humberto Costa, o Brasil se sintoniza com o sentimento mais democrático que há no mundo hoje, segundo o qual o povo tem direito de conhecer a verdade das informações sobre



Projeto aprovado representa sentimento democrático, diz Humberto

seu país, com direito à transparência na forma como se lida com o poder público.

Demóstenes Torres elogia Collor, mas discorda de parecer

Demóstenes Torres (DEM-GO) parabenizou Fernando Collor pelo estudo aprofundado que fez sobre a questão, mas disse discordar do parecer.

Para ele, Collor eliminou especulações acerca de "intenções subalternas" que ele poderia ter em relação ao projeto. Disse também que as

afirmações do ex-presidente encontram amparo no Brasil e no mundo.

Para Demóstenes, porém, é possível ousar um pouco mais. Caso se demonstre que Collor estava certo, é possível prorrogar o sigilo de documentos confidenciais com uma "legislação de emergência".

Randolfe refuta alegações de que houve pouco debate

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) refutou alegações de que não houve discussão suficiente no Senado. Ele lembrou que a proposta foi debatida nas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em audiência pública.

– A proposta teve um bom tempo de trâmite. A necessidade dessa legislação é de 22 anos, logo após a Constituição de 88 – disse.

Pinheiro diz que sigilo não é bom para a democracia

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que instituir o sigilo indefinido ou eterno de documentos não seria bom para a democracia brasileira.

Ele lembrou que o projeto foi amplamente discutido e aprovado na CCJ, CDH e CCT antes de ser submetida ao Plenário.

– Não se trata de aprovar a busca a informações do passado ou criar embaraços para quem quer que seja. Permitir sigilo indefinido ou eterno não é prática salutar para a democracia.

Servidores denunciam intoxicação por DDT

Trabalhadores da extinta Superintendência de Combate à Malária (Sucam) denunciaram à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que muitos deles estão morrendo ou adoecendo devido à intoxicação causada pelo pesticida DDT, usado durante muitos anos no combate a endemias no país.

Em audiência sugerida por Sérgio Petecão (PMN-AC) e coordenada pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), representantes de servidores relataram casos de câncer, neuropatias e problemas hepáticos causados por anos de trabalho com o DDT e outros produtos tóxicos sem a proteção e o treinamento adequados.

Os trabalhadores reivindicam

a aprovação de dois projetos de lei em tramitação na Câmara: o 4.485/07, que cria uma pensão especial de R\$ 2.075 para os servidores; e o 4.873/09, que estabelece indenização aos doentes e às famílias.

– Trabalhamos a vida inteira em condições precárias. São anos lutando por nossos

direitos, sem o devido reconhecimento do Ministério da Saúde. Estamos pedindo socorro e recorrendo ao Judiciário – afirmou o presidente da Associação DDT – Luta Pela Vida, Aldo Moura.

Também participaram do encontro Marcos Muffareg, da Funasa, e Giovanini Evelim Coelho, do Ministério da Saúde.



Paulo Paim (3º à esq.) e Sérgio Petecão (C) ouvem servidores da extinta Sucam

CPI pede esclarecimentos sobre cárcere privado em São Paulo

A Comissão Parlamentar de Inquérito de Tráfico de Pessoas aprovou ontem convite a representante da Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas para prestar esclarecimentos sobre o caso da jovem H.C., resgatada em São Paulo depois de ter sido mantida por uma semana em cárcere privado.

A CPI também aprovou convite para esclarecimentos por parte do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo, que denunciou o caso à polícia após receber a informação de uma senhora do Amazonas. A polícia encontrou H.C. em uma casa que abrigava mais de uma

dezena de travestis, incluindo menores de idade, que viviam em condições subumanas.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), recomendou a realização de nova audiência em São Paulo.

Também ontem a CPI discutiu com o Ministério das Relações Exteriores a situação de Roselinda Barbosa, que, desde 2006, tenta reaver a guarda de suas filhas de 6 e 11 anos, atualmente em Portugal.

Também foi aprovada a participação da CPI no seminário O Tráfico de Mulheres no Mercosul, a ser realizado em Montevidéu, Uruguai, entre 14 e 16 de novembro.

Produção em mangue até 2008 poderá ser legal

As unidades de produção de camarão e de extração de sal existentes até 2008 em apicuns e salgados – parte dos manguezais – poderão ser regularizadas, se prevalecer regra incluída no relatório de Luiz Henrique.

De acordo com o substitutivo, todas as formações de mangues preservadas ou exploradas depois desse ano se tornarão área de preservação permanente (APP).

Luiz Henrique buscou solucionar problemas enfrentados por aqueles que produzem camarão e sal em mangues, considerados APPs pela lei em vigor. Segundo ele, o texto da Câmara não se refere a manguezais como um todo, tratando apenas de apicuns e salgados, excluídos das normas de proteção permanente. Essas formações são integrantes do ecossistema de manguezal, localizadas em zonas de transição para a terra firme e caracterizadas por serem terrenos extremamente salgados.

O relatório prevê a regularização das áreas produtivas existentes até 28 de julho de 2008 nas disposições transitórias. Nas permanentes, foram incluídas normas para impedir novas ocupações nos manguezais. Assim, Luiz Henrique quer assegurar a produção atual, mas proteger as demais áreas de mangue.

Plenário vota competências ambientais hoje

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu o adiamento de ontem para hoje da votação do Projeto de Lei da Câmara 1/10, que regulamenta o licenciamento ambiental e define competências da União, dos estados e dos municípios.

Embora houvesse acordo de lideranças para a votação ontem, sua aprovação poderia se tornar difícil por se tratar de lei complementar e exigir quórum qualificado.

O Plenário analisa o substitutivo do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) à iniciativa de Sarney Filho (PV-MA), que foi contra o parecer por reduzir a competência da União frente a estados e municípios nas questões ambientais.

O texto recebeu parecer favorável de Kátia Abreu (PSD-TO) na Comissão de Constituição e Justiça.

Pela proposta, o órgão encarregado de conceder a licença ambiental terá competência também para fiscalizar e multar empresas que descumprirem a legislação na obra licenciada, ponto considerado polêmico. Segundo os críticos, isso diminuirá a atuação do Ibama e dificultará o alcance da meta do governo de reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia.

Votação do texto apresentado ontem por Luiz Henrique foi adiada para dia 8 devido a pedido de vista coletiva, e senadores têm até terça-feira que vem para apresentar emendas. Há uma parte “permanente” e outra “provisória”

Novo Código Florestal: relatório chega para análise



Luiz Henrique (D) dividiu o texto do projeto em futuro, para regular o direito ambiental, e passado, para corrigir erros



Ao lado de Ana Amélia, Waldemir Moka defende entendimento com a Câmara, de onde veio o texto original do projeto

Inventário Florestal será o “Renavam da madeira”, diz relator

O relatório de Luiz Henrique prevê a criação do Inventário Florestal Nacional. Ele afirmou que a iniciativa é necessária porque “hoje não se sabe o que temos de floresta em pé, o que é madeira cortada legal e o que é ilegal, pois não existe um cadastro nacional”.

– Seria uma espécie de Renavam da madeira – declarou o senador, referen-

do-se ao Registro Nacional de Veículos Automotores.

De acordo com o artigo 64 do projeto, “a União, em conjunto com os estados, o Distrito Federal e os municípios, regulará o Inventário Florestal Nacional, para subsidiar a análise da existência e a qualidade das florestas do país, em imóveis privados e terras públicas”. O

texto também determina que “a União estabelecerá critérios e mecanismos para uniformizar a coleta, a manutenção e a atualização das informações”.

– Cada estado já promoveu seu inventário florestal. O que falta é integrar esses dados em âmbito nacional, de forma semelhante ao Renavam – explicou Luiz Henrique.

O RELATÓRIO DO projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11) foi apresentado ontem por Luiz Henrique (PMDB-SC), mas a votação foi adiada para 8 de novembro, devido a pedido de vista coletiva. Os senadores terão até terça-feira que vem, dia 1º, para apresentar emendas.

Luiz Henrique é relator do projeto nas comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Ontem, ele apresentou um substitutivo do texto, em reunião conjunta das

duas comissões, e afirmou ter feito uma “cirurgia” de técnica legislativa. O texto que veio da Câmara foi dividido em duas partes: a permanente, para regular “o direito ambiental para o futuro”, e a transitória, para “corrigir os erros do passado”, ou seja, as áreas protegidas desmatadas de forma irregular.

O relator acolheu parcialmente as emendas apresentadas pelos senadores, entre as quais as sugestões de Eduardo Braga (PMDB-AM), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ricardo Ferraço

(PMDB-ES), para incluir na lei florestal a indicação de criação de programa de incentivos econômicos e financeiros para a manutenção e recuperação de vegetação nativa.

Luiz Henrique ressaltou que o texto resulta de informações reunidas em diversas audiências públicas realizadas em conjunto pela CRA, CCT e Comissão de Meio Ambiente (CMA), e de entendimentos com o setor produtivo, o governo e os parlamentares, em especial o relator na CMA, Jorge Viana (PT-AC).

O que diz o parecer de Luiz Henrique

Em seu substitutivo, relator dividiu o projeto aprovado na Câmara em duas partes: a das regras permanentes “regula o direito ambiental para o futuro”; a das normas transitórias trata de “corrigir os erros do passado”

REGRAS PERMANENTES

- ▶ Delimitam áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal, além do seu regime de proteção.
- ▶ Estabelecem condições para supressão de vegetação destinada a uso alternativo do solo e para exploração e controle dos recursos florestais.
- ▶ Preveem a criação de Programa de Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente. Como a iniciativa requer desembolso, o relator optou por deixar para o governo a elaboração de projeto regulamentando esse ponto, em um prazo de 180 dias após a publicação da lei sobre a reforma do código. Para ele, a fiscalização e a punição, isoladamente, não conseguem deter o desmatamento ilegal.

REGRAS TRANSITÓRIAS

- ▶ Mantém os programas de Regularização Ambiental (PRAs), previstos no texto aprovado na Câmara, como norteadores das ações para resolver o passivo ambiental. Terão normas gerais definidas pela União e normas específicas definidas nos estados e no Distrito Federal.
 - » O proprietário que estiver em situação irregular quanto a APP e reserva legal poderá aderir ao PRA em seu estado e assinar um termo de ajuste de conduta (TAC), assumindo compromissos de recomposição das áreas desmatadas irregularmente.
 - » Durante o período em que estiver sendo cumprido o TAC, o proprietário não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.
 - » Cumprido o TAC, as multas serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, regularizando a propriedade.
- ▶ Mantém autorização à continuidade das atividades agrossilvopastoris de ecoturismo e turismo rural em APPs consolidadas até 22 de julho de 2008, como previsto no projeto aprovado na Câmara.

MANGUEZAIS

- ▶ São considerados áreas de preservação permanente. Embora sejam protegidos pela lei em vigor, haviam sido retirados do texto aprovado na Câmara. No substitutivo, o relator garante proteção ao ecossistema, mas regulariza atividades consolidadas até 2008 em apicuns e salgados, que são parte dos mangues.

INVENTÁRIO FLORESTAL

- ▶ A União, os estados e o DF realizarão o Inventário Florestal Nacional para subsidiar, em terras públicas e privadas, a análise da qualidade das florestas do país.



Especialistas defendem queimadas controladas no Cerrado

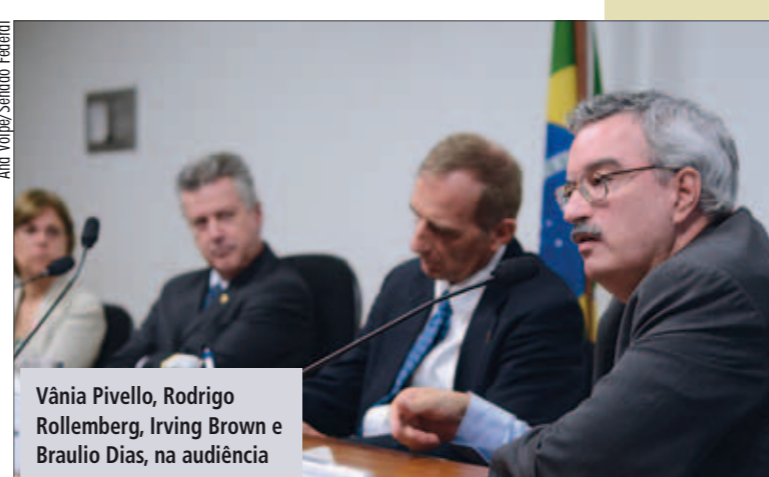
A realização de queimadas controladas, principalmente na região de Cerrado, é importante para evitar incêndios de grandes proporções. Esta foi a principal conclusão da audiência pública conjunta realizada ontem por CRA, CCT e CMA.

O fogo no Cerrado, que pode ser causado naturalmente por raios, estimula a biodiversidade do bioma, observou a professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP).

O professor Leopoldo Coutinho, também da USP, defendeu a realiza-

ção de queimadas controladas para diminuir o acúmulo de biomassa. De acordo com ele, a cada quatro anos o Cerrado produz 15 toneladas de palha por hectare, material extremamente combustível.

– A melhor técnica de combate ao incêndio é antecipar-se a ele – afirmou o professor, lembrando que a fauna é a mais afetada pelo fogo. Vânia Pivello acrescentou que o uso controlado do fogo é previsto no atual Código Florestal, tanto em áreas agropastoris quanto em áreas florestais.



Vânia Pivello, Rodrigo Rollemberg, Irving Brown e Braulio Dias, na audiência

Seca torna Floresta Amazônica inflamável

O professor Irving Foster Brown, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, explicou que, quando a água da floresta não consegue impedir o fogo, como em anos de grande seca, a mata se torna extremamente inflamável. Ele disse que o Acre teve, em 2005 e em 2010, secas que deveriam acontecer a cada 100 anos e chamou a atenção para a falta de estrutura de combate a incêndios no estado, onde franjas de fogo ultrapassam um quilômetro

de extensão nas florestas.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Ferreira de Souza Dias, defendeu investimentos em recursos humanos e equipamentos.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), propôs a criação de um centro nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais. Jorge Viana (PT-AC) apoiou a ideia, alertando que, sem medidas de curto prazo, incêndios florestais causarão vítimas nas cidades.

Agricultura familiar deve ter capítulo próprio

O projeto de reforma do Código Florestal poderá ser modificado para incluir capítulo especial sobre a agricultura familiar. Após apresentar seu substitutivo, Luiz Henrique disse considerar adequado que a nova lei leve em conta as especificidades dos agricultores familiares. O relator lembrou que existem 4,3 milhões de propriedades rurais familiares, o que representa cerca de 85% do total de estabelecimentos no meio rural.

Para ser classificada como familiar, uma propriedade deve ter no máximo quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra própria, ser administrada pela família e a exploração da área deve ser sua principal fonte de renda, conforme está previsto na Lei 11.326/06.

Luiz Henrique manteve em seu relatório artigo aprovado na Câmara estabelecendo que propriedades com até quatro módulos fiscais ficarão isentas da recomposição de reserva legal desmatada irregularmente até 2008, mas alguns senadores argumentam que o benefício deveria recair apenas sobre as propriedades familiares.

Essa é a opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, a legislação deve prever tratamento especial aos agricultores familiares, para assegurar a manutenção dos recursos naturais sem prejudicar atividades realizadas há décadas, em especial a produção de alimentos.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sugeriu que a redação do artigo seja modificada para deixar claro que o benefício alcança apenas propriedades que tinham quatro módulos fiscais em 2008, evitando o parcelamento das terras para burlar a lei.

Outra emenda foi sugerida por Cyro Miranda (PSDB-GO). O parlamentar quer modificar o projeto para desobrigar a manutenção de área de reserva legal em zona urbana, tornando explícita a exigência desse tipo de área protegida somente para imóveis rurais.

Luiz Henrique observou que existem pendências sobre o tema no projeto. – Vamos trabalhar, em interlocução com o governo e as corporações ligadas a esse processo, para termos se conseguimos definir, seja no meu parecer, seja no do senador Jorge Viana, solução satisfatória para as cidades, já que essa é uma grande reivindicação que sentimos por parte de todos os setores da sociedade.



Jorge Viana (D), relator da matéria na CMA, analisa parecer de Luiz Henrique em reunião das comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária

É possível votar projeto até final de novembro, prevê Jorge Viana

Para Jorge Viana (PT-AC), é possível aprovar o projeto do novo Código Florestal no Senado até o final de novembro, para que a Câmara dos Deputados possa votá-lo antes do final do ano.

O parlamentar observou que será necessário um “grande entendimento” para que as alterações efetuadas no Senado possam ser mantidas na Câmara. Viana é o relator da matéria na CMA.

Ao avaliar as modificações que vêm sendo promovidas pelo Senado, ele afirmou que houve avanços consideráveis em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria de Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

De acordo com o senador, as mudanças “dão mais segurança jurídica e uma proteção mais clara ao meio ambiente, sem criar um confronto com o setor produtivo”.

– Mas é evidente que há muito trabalho pela frente

– acrescentou Jorge Viana, referindo-se a alterações que ele próprio deve sugerir.

O parlamentar afirmou que pretende apresentar seu relatório na CMA logo após a CRA e a CCT votarem conjuntamente o texto – o que pode acontecer no dia 8 de novembro, de acordo com previsão de Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT.

Serviço ambiental

Um dos responsáveis pela interlocução entre senadores e deputados – o entendimento a que se referiu Jorge Viana – é Waldemir Moka (PMDB-MS). Entre as modificações feitas pelo Senado e apoiadas por Moka, está o pagamento por serviços ambientais prestados pelos agricultores.

O senador argumenta que, “em vez de criminalizar os produtores rurais, é preciso estimulá-los a proteger o meio ambiente por meio de incentivos econômicos”.

Governo elogia relatório, mas trabalha por ajustes adicionais

O governo faz uma avaliação positiva das alterações feitas no PLC 30/11 por Luiz Henrique. A apresentação do relatório foi acompanhada pelo diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros.

– O texto incorpora mudanças significativas de aprimoramento do texto, na ótica de se ter uma referência clara que consolide os institutos de reserva legal e de área de preservação permanente [APP] em patamares adequados – observou.

A inclusão dos manguezais como APPs foi um dos avanços ressaltados pelo diretor. O texto aprovado na Câmara não se referia a manguezais, mas excluía parcela desse ecossistema (os apicuns e salgados) das normas de proteção. No relatório, Luiz Henrique considera todas as formações de mangues um sistema único e protegido pela lei florestal, à exceção das áreas exploradas até 2008, em especial com produção de camarão e extração de sal em apicuns e salgados.

Apesar de elogiar os avanços no texto, Medeiros apontou aspectos que ainda deverão ser aperfeiçoados. Como exemplo, citou a necessidade de maior clareza e objetividade nas orientações para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) como forma de dar segurança jurídica aos cultivos consolidados em área protegida.

Outro aspecto analisado pelo dirigente diz respeito à regularização de atividades consolidadas em APPs de rios com largura acima de dez metros. O texto já prevê condições para a manutenção das atividades agrossilvopastoris nas margens de rios até essa largura, mas não se refere aos rios maiores. Medeiros citou o caso de propriedades familiares que exploram as margens de rios grandes, como o rio São Francisco, nas quais praticamente todo imóvel rural está em uma APP.

– Não é razoável se imaginar que serão retirados todos os produtores daquela área, mas o código teria de dar uma orientação para que minimamente se garanta a compatibilidade da manutenção dessas propriedades, sem que isso signifique um comprometimento maior do rio – disse.

Outra mudança apoiada pelo governo é a inclusão de capítulo sobre a agricultura familiar.



Delcídio do Amaral (C), presidente da comissão, demonstra otimismo e cita fábrica de fertilizantes a partir de gás natural

Pré-sal e biomassa dão novo estímulo à indústria química

Brasil pode ser uma das cinco maiores potências do mundo no setor até 2020, segundo especialistas ouvidos ontem em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos

ATÉ 2020, A indústria química brasileira pode estar entre as cinco maiores do mundo devido ao pré-sal e à química verde (biomassa), segundo o presidente executivo da Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo. Em audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele disse que o setor espera gerar 2 milhões de empregos até 2020, mas alerta que o Brasil só formou 8 mil químicos e engenheiros químicos em 2009, quando precisaria colocar no mercado, anualmente, 20 mil profissionais.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores

Químicos, Antonio Silvan Oliveira, cobrou a valorização da mão de obra a partir de melhorias na capacitação, remuneração e condições de trabalho e ressaltou como estímulo a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas. Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou essa questão ao presidente da Abiquim, que respondeu que mudanças na remuneração estão sendo discutidas para melhoria da competitividade.

A implementação do Programa Brasileiro de Química Verde é considerada fundamental pelo professor José Osvaldo Beserra Carioca, da Universidade Federal do Ceará, para inserir o país

entre os líderes mundiais da indústria química. Já o professor João Furtado, da Universidade de São Paulo, disse que a prosperidade da indústria química depende da regulamentação na área de biotecnologia.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), demonstrou otimismo e citou uma fábrica de fertilizantes em Mato Grosso do Sul dedicada à produção de amônia e ureia a partir do gás natural. Autor do requerimento do debate, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse acreditar que o avanço da química verde vai ajudar a reequilibrar o saldo da balança comercial e incentivar o desenvolvimento regional.

Senado celebra Ano Internacional da Química

O Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foram celebrados ontem no Senado. Além de ressaltarem a importância dos conhecimentos científicos e tecnológicos, os senadores cobraram dos governantes mais investimentos em pesquisa, desenvolvimento e divulgação da ciência e da tecnologia.

Ao abrir a homenagem, Marta Suplicy (PT-SP) registrou que Florianópolis foi escolhida a capital brasileira da química este ano e sediou, em maio, encontro anual da Sociedade Brasileira de Química. Autor do requerimento da homenagem, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse

que a química se mostra essencial para o Brasil como "potência alimentar para o planeta". Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou a importância de mais investimentos e Eduardo Braga (PMDB-AM) falou do papel da

ciência no desenvolvimento do Brasil. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que é graduado em Química Industrial, também ressaltou o sucesso da oitava edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.



Entre representantes do setor, Rollemberg, Marta e Inácio Arruda participam da homenagem

José Pimentel elogia ações do governo na educação de jovens

José Pimentel (PT-CE) elogiou ontem as políticas públicas do governo federal para a melhoria do nível educacional da juventude brasileira. Ele citou o Programa Universidade para Todos (Prouni), de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Segundo o senador, o Enem deste ano demonstrou ter alcançado "uma grande evolução", pois grande parte das falhas ocorridas em 2009 e 2010 no exame foi reduzida.

– O resultado é muito satisfatório. Basta ver a quantidade de instituições públicas



O Enem deste ano alcançou uma grande evolução, diz Pimentel

federais, sejam universidades, sejam institutos federais de tecnologia ou parte das universidades estaduais, que aderiram ao Enem – afirmou.

Suplicy: PT discute candidatura em São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou reuniões internas do PT como parte do processo de escolha do candidato do partido à prefeitura de São Paulo em 2012. Além do próprio Suplicy, estão na disputa a senadora Marta Suplicy (PT-SP), o ministro da Educação, Fernando Haddad, e os deputados federais Jilmar Tatto e Carlos Zarattini.

Desde agosto, têm sido realizadas caravanas aos diretórios zonais da cidade para que os cinco pré-candidatos possam apresentar propostas. Suplicy leu artigo de sua autoria, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em que explica as reuniões.



Senador pretende concorrer à eleição para prefeito de sua cidade

Ele registrou que cerca de 5 mil pessoas participaram dos 24 encontros já realizados.

O senador defende que o PT mude seu estatuto para que as prévias sejam abertas a todos os eleitores, e não apenas aos filiados, a exemplo do que ocorre na maioria dos países democráticos.

Reditario defende mais rigor para motorista embriagado

Reditario Cassol (PP-RO) pediu mais rigor na punição de motoristas que se envolvem em acidentes por estarem embriagados. Ele defendeu a cassação permanente da carteira de habilitação dos que se recusam a fazer o teste do bafômetro.

Para o senador, a Lei Seca (Lei 11.705/08), que pune com multa e suspensão da carteira por um ano motoristas que dirigem após beber, é um avanço. No entanto, afirmou, a norma é insuficiente para impedir o que classificou como "crime de atentado contra a vida".

– A sociedade exige que tenhamos postura mais rígida. É crime e deve ser tratado como



Apesar dos avanços, Lei Seca ainda é insuficiente, segundo Reditario

tal. Nossa população precisa de uma legislação rigorosa contra motoristas que usam seus veículos como arma contra gente indefesa – disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Inácio Arruda • Geovani Borges • Antonio Carlos Valadares • José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • João Ribeiro • Cícero Lucena • Eduardo Amorim • Lídice da Mata
 * Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Relator do projeto argumenta que inclusão de alunos com necessidades especiais tem sido realizada sem condições mínimas para o seu sucesso

Autarquia poderá gerir hospitais universitários

Projeto que autoriza o Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para gestão de hospitais universitários, recebeu parecer contrário do relator, Roberto Requião (PMDB-PR). O senador considerou que o projeto fere o princípio da autonomia universitária ao prever a transferência para um "simulacro de empresa" dos serviços prestados pelos hospitais universitários, e de sua respectiva administração.

O pedido de vista coletivo apresentado ontem à proposta será examinado hoje, em reunião extraordinária da Comissão de Educação. Segundo o PLC 79/11, de autoria do Executivo, a Ebserh, autarquia com sede em Brasília e vinculada ao Ministério da Educação, terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade.

Também deverá prestar serviços de apoio às instituições públicas federais de ensino e de pesquisa, no que se refere à formação de profissionais no campo da saúde pública, para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Executivo já tentara criar a Ebserh pela MP 520/10, que perdeu a validade por falta de deliberação. A atual matéria tramita em regime de urgência e é apreciada simultaneamente pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Comissão analisa ampliação do ensino especial obrigatório

A EDUCAÇÃO ESPECIAL, considerada obrigação constitucional do Estado, deverá ser oferecida à faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, e ter continuidade "independentemente da idade e da etapa escolar do educando". A medida consta de projeto de Cyro Miranda (PSDB-GO) que será analisado em decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLS 589/11), que tem como relator Paulo Paim (PT-RS), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atualmente estabelece apenas a data de início da oferta da educação especial. Além disso, determina que os sistemas de ensino assegurem aos alunos com necessidades especiais uma avaliação de suas demandas específicas de desenvolvimento

por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS). Deverá haver interação com a família sobre o tipo de atendimento a ser oferecido.

Paim observa que a inclusão de alunos com necessidades especiais tem sido realizada "sem critérios" e sem considerar

condições mínimas para o seu sucesso, inclusive no que se refere aos espaços físicos e à preparação de professores.

– Esse arremedo de inclusão, em que as famílias nem sequer são consultadas, tem causado transtorno aos sistemas de ensino, aos professores e aos pais – afirma Paim.



Cyro Miranda quer continuidade da oferta independente da idade do aluno



O relator, Paulo Paim, ao lado de Roberto Requião, presidente da Comissão de Educação, e de Paulo Bauer (D), vice

Cadernos e livros podem ter mensagem contra álcool e cigarro

A Comissão de Educação aprovou também projeto que torna obrigatória a publicação, em cadernos e livros escolares, de mensagens educativas sobre os males e os riscos do consumo do tabaco e do álcool.

O relator do projeto (PLC 101/07), senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ressalta a importância de se destinar as mensagens à juventude em idade escolar, "ainda não alcançada pela indústria de tabaco e

de bebidas". Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em 2009, o projeto recebeu parecer pela rejeição.

A proposta foi apoiada por Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu ainda a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas em veículos de comunicação de massa.

Em decisão terminativa, foi aprovado pela comissão o PLS 2/11, que designa o açaí e o cupuaçu "frutas nacionais". O

texto aprovado foi o substitutivo do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), ao texto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que referia-se apenas ao açaí. Walter Pinheiro observou que já vigora a Lei nº 11.675/08, que designa como fruta nacional o cupuaçu. "Por julgar que ambas merecem ser formalmente designadas como frutas nacionais", ele apresentou o substitutivo.

A comissão ainda rejeitou requerimento apresentado

por Alvaro Dias (PSDB-PR) para a realização de audiência pública destinada a "coletar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no Ministério do Esporte", com a presença do diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Fábio Hansen, e do ex-chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, Charles Rocha.

Diferenciação de cédulas ajuda deficiente visual

A inserção, nas cédulas de dinheiro, de elementos que ajudem sua identificação por pessoas com deficiência visual, pode passar a ser obrigação legal, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida já vem sendo adotada espontaneamente pelo governo.

A proposta (PLS 141/08) foi sugerida pelo então senador Flávio Arns. A matéria já havia recebido parecer favorável na

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na CAE, o relator foi Vicentinho Alves (PR-TO), e a matéria recebeu decisão terminativa. Deve seguir agora para a Câmara.

Arns observou que o Banco Central já adotou medidas para facilitar a diferenciação das cédulas, como a utilização de algarismos maiores na frente das notas, a aplicação de cores nítidas e diferenciadas por valor

e a impressão de textos e valores em relevo. Mas considerou que foram "liberalidades da diretoria" e que "é necessária uma previsão legal".

No Brasil, mais de 16 milhões de pessoas declararam possuir algum nível de deficiência visual, conforme o Censo de 2000.

Vicentinho Alves reconheceu que o projeto facilita a inserção social dessas pessoas, "aproximando-as de uma cidadania mais plena".

Projeto isenta de tributos três entidades: ABL, ABI e IHGB

A Academia Brasileira de Letras (ABL), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) serão beneficiados por projeto de isenção de tributos federais aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor da proposta (PLS 191/06) é o senador José Sarney (PMDB-MA) e o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Como o texto recebeu decisão terminativa, deve seguir para a Câmara.

Pelo projeto, as entidades ficaram liberadas dos seguintes tributos: Imposto de Renda, Cofins, PIS-Pasep e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Sarney argumenta que as três entidades são seculares, não têm fins lucrativos "e vêm prestando excelentes serviços à nação". Segundo o senador, "mesmo sendo reconhecidas por sucessivos governos como instituições de utilidade pública, essas associações enfrentam dificuldades para desenvolverem suas atividades em razão da pesada carga tributária a que estão sujeitas".

As três entidades podem ser também contempladas com o cancelamento de todos os débitos referentes a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil que tenham sido



Parecer de Raupp é pela aprovação do projeto, que também cancela débitos

gerados até a publicação da lei. A medida vale para os tributos atrasados inscritos ou não na dívida ativa, em cobrança judicial ou não, entre outras condições de processamento.

Acordo coletivo sobre licença para cuidar de filho doente

Por convenção ou acordo coletivo, pais ou responsáveis poderão se ausentar do trabalho sem perder salário, para cuidar da saúde de filho de até 12 anos, por até 30 dias. É o que prevê relatório de Armando Monteiro (PTB-PE), aprovado pela Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE).

O texto original (PLC 137/10) permitia a licença sem estipular a prévia autorização em convenção ou acordo. O parecer da CAE agora será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a matéria receberá decisão terminativa.

CAE rejeita criação de zona de livre comércio em Jaguarão

A CAE rejeitou ontem o projeto (PLS 621/07) que prevê a criação de uma zona de livre comércio em Jaguarão (RS). O senador seguiu indicação do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM). E foi adiada a votação do projeto (PLS 40/10)

que inclui toda a faixa de fronteira da Região Sul entre as áreas onde os empreendimentos industriais podem ter direito ao crédito presumido do IPI. O texto recebeu emendas que estendem as vantagens para diversos pontos.

EXAME DOS ROYALTIES NA CÂMARA AINDA INDEFINIDO

Foi cancelada a reunião em que líderes discutiriam ontem o calendário da votação na Câmara do projeto que altera a divisão dos recursos do petróleo (PLS 448/11). O texto, aprovado pelo Senado, pode viabilizar um acordo para manter o veto presidencial à Emenda Ibsen, acolhida pela Câmara em 2010. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, acertaram o adiamento para novembro da votação do veto, que seria examinado hoje. Parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo adiantaram que não aceitarão o modelo definido no substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que causaria prejuízos aos dois estados.

No Senado, representantes dos ministérios do Trabalho e do Turismo se disseram preocupados com a carência de profissionais qualificados para atender aos turistas

Governo quer formar 50 mil trabalhadores para a Copa

O GOVERNO FEDERAL quer formar 50,4 mil pessoas para trabalhar durante a Copa do Mundo de 2014 nas 12 cidades-sede da competição. Para isso, prevê gastos de R\$ 46,5 milhões – saídos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e dos cofres dos estados e das prefeituras.

Os números foram anunciados ontem, em audiência pública no Senado, pela diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, Ana Paula da Silva. Esse objetivo consta do Plano Setorial de Qualificação – Copa do Mundo de 2014, elaborado pelo ministério.

Pelo programa, serão oferecidos cursos de qualificação profissional para a prestação de serviços essenciais para a realização da Copa. Entre os cursos previstos, estão os de bilheteiro, motorista e cobrador de ônibus, frentista, motorista de ambulância, taxista, camareira,

cozinheiro, garçom e guia de turismo. O público-alvo são desempregados e autônomos.

– Essa oferta de qualificação do Ministério do Trabalho está direcionada a uma política de resgate de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema – explicou Ana Paula da Silva.

A Confederação Nacional do Comércio também oferecerá cursos – de formação inicial e continuada, técnicos e superiores, presenciais e à distância, em empresas e unidades móveis.

O gerente de projetos estratégicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Antônio Henrique Borges, enumerou os benefícios que o Brasil terá com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Citou os novos estádios de nível internacional, a melhoria da qualidade dos serviços de turismo, a modernização da

infraestrutura e a promoção do país no exterior.

O diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, Ricardo Martini Moesch, admitiu que o Brasil tem carência de profissionais de turismo que se expressem, mesmo em nível básico, em outras línguas – são incapazes, por exemplo, de orientar um estrangeiro a tomar um táxi.

O senador Zeze Perrella (PDT-MG) criticou o filme *Cidade de Deus*, por fazer “propaganda negativa do Brasil no exterior”. Para ele, o país deveria realizar campanhas promocionais intensas nos países estrangeiros para atrair mais turistas.

A audiência foi feita pela Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, presidida pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA).



Ana Paula da Silva, Ricardo Martini Moesch, Lídice da Mata e Antônio Henrique Borges participam de audiência no Senado

Comissão aceita nomes indicados para a Anatel

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou as duas indicações da Presidência da República para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ontem, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro tiveram aprovação unânime da comissão.

Em sua apresentação, Marcelo Bechara disse que a Anatel precisa ser reestruturada, para se aproximar mais da população. Segundo ele, a agência – criada em 1997 – ainda trabalha nos moldes do século passado, apesar de surgirem avanços tecnológicos todos os dias.

Para Bechara, o desafio mais importante da Anatel diz respeito à convergência tecnológica. Ele explicou que a internet

tornou possível acessar áudios, imagens, dados e textos num mesmo equipamento, o que não era possível na década passada. Na época, explicou, era necessária legislação específica para cada setor das comunicações.

Bechara, advogado especialista em Direito de Tecnologia e procurador-geral da Anatel, reconheceu que a agência não consegue fiscalizar todos os setores de sua responsabilidade em razão do baixo número de fiscais – só 400 em todo o país.

Rodrigo Zerbone Loureiro, por sua vez, afirmou que a qualidade na prestação dos serviços é a prioridade da Anatel. Para ele, que é consultor jurídico do Ministério das Comunicações, a agência reguladora deve se concentrar na resolução efetiva

dos problemas do consumidor e, assim, ter credibilidade diante da sociedade.

Para resolver os problemas de forma mais rápida, ele recomendou a adoção de instrumentos de sanção contra as operadoras. Dessa forma, afirmou, os consumidores terão seus problemas solucionados em até seis meses – e não em mais de quatro anos.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator da indicação de Zerbone, apenas multar as empresas não resolve os problemas, pois as operadoras recorrem judicialmente.

Respondendo a um questionamento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator de sua indicação, Marcelo Bechara garantiu que os procuradores-gerais da Anatel e os membros do Conselho Diretor atuam com visão de Estado, e não de governo. O senador afirmou que os cargos das agências reguladoras devem ser ocupados por técnicos, e não por indicação política.

Na avaliação da presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a credibilidade da Anatel é possível graças à sua independência decisória e financeira.

Apesar de jovens, disse o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), os conselheiros aprovados pela comissão têm experiência considerável. Para ele, a Anatel será “oxigenada”.



Marcelo Bechara, Lúcia Vânia e Rodrigo Zerbone na Comissão de Infraestrutura

CPI decide não quebrar sigilo fiscal de integrantes do Ecad

A CPI do Ecad decidiu que não solicitará ainda a quebra de sigilo fiscal dos integrantes da diretoria-executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). A comissão, em sua última reunião, decidiu pela quebra de sigilo, mas suspendeu a medida depois da leitura de carta da superintendente executiva da entidade, Glória Cristina Rocha Braga, que afirma ter apresentado todos os documentos requisitados pela CPI e se dispõe a apresentar outros que forem solicitados.

A CPI, presidida pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), investiga denúncias de irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral.

Na carta, lida por Eduardo Suplicy (PT-SP), a superintendente executiva do Ecad manifesta a disposição de esclarecer qualquer dúvida, inclusive sobre salários dos diretores. Ela argumenta não haver necessidade de medida “tão grave” como a quebra de sigilo fiscal.

Randolfe disse que foi firmado acordo com o Ecad para a entrega, em até 48 horas, das informações sobre o imposto de renda da entidade dos últimos dez anos. Também deverão ser entregues as declarações do imposto de renda de 2005 a 2010 dos integrantes da Diretoria Executiva do Ecad,



Ana Volpe/Senado Federal

Decisão mostra que a CPI respeita o direito de defesa, diz Randolfe

em até cinco dias úteis.

Mesmo tendo concordado com a suspensão do pedido de quebra de sigilo, o senador Pedro Taques (PDT-MT) alertou para a possibilidade de os documentos não serem entregues.

A concessão do prazo para o Ecad, de acordo com Randolfe, demonstra que a comissão tem respeitado o direito de defesa da entidade. Ele lamentou, no entanto, que a CPI não tenha recebido informações que considera fundamentais – os salários, por exemplo. O senador Rodrigues admitiu que a quebra de sigilo fiscal é uma medida que deve ser tomada somente em último caso.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ana Rita fala, em seminário realizado no Senado, sobre direitos autorais

Seminário no Senado discute direito autoral na era da internet

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura realizou ontem, no Senado, o seminário Comunicação Digital, Conteúdos e Direitos do Autor.

O evento debateu os conflitos provocados pelos avanços tecnológicos no que diz respeito à remuneração dos autores que têm obras na internet.

O evento reuniu parlamentares, autores, provedores de internet e especialistas em direito autoral, além de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Justiça e das Comunicações.

Um dos assuntos debatidos foi a necessidade de atualização da Lei dos Direitos Autorais.

Os palestrantes chamaram a atenção para a velocidade do consumo de produtos culturais. Entre as preocupações manifestadas, esteve a questão

da propriedade intelectual de conteúdo musical, cinematográfico, audiovisual, literário, científico, acadêmico, tecnológico e de outras linguagens que circulam na internet.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado apoiou o evento.

– Esta frente parlamentar têm se esforçado para discutir os assuntos relacionados à cultura, cabendo à Câmara e ao Senado, através de suas comissões de Educação, aprofundar o tema e trazer uma contribuição para a sociedade – disse a senadora Ana Rita (PT-ES), integrante da CE.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura é presidida pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A vice-presidência é ocupada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).